

Os Determinantes da Divulgação de Informação Sobre o Capital Intelectual: Estudo da Banca em Portugal

Lurdes Silva^a; Ana Maria Rodrigues^b; María del Pilar Muñoz^c

^a Escola Superior de Gestão - IPCA / Portugal.

^b Faculdade de Economia - Universidade de Coimbra / Portugal.

^c Universida de Vigo / Espanha

Informações do Artigo

Histórico do Artigo

Recebido: 20 Novembro 2012

Aceito: 20 Fevereiro 2014

Palavras chave:

Divulgação
Capital intelectual
Determinantes
Bancos
Portugal.

Resumo

O objetivo do presente estudo consiste em analisar os determinantes da divulgação de informação sobre o capital intelectual nos bancos que desenvolveram a sua atividade em Portugal, em 2010 e 2011. Esta análise contempla igualmente a divulgação sobre os diferentes componentes do capital intelectual: o capital humano, o capital estrutural e o capital relacional, obtendo-se, para o efeito, os dados nos relatórios anuais e nas páginas *Web* destas entidades no período considerado. Os resultados revelaram que as dimensões organização e conselho de administração são considerados os determinantes da divulgação de informação sobre o capital intelectual, tanto nos relatórios anuais como nas *Webpages*. As variáveis económico-financeiras de rentabilidade, de eficiência e de solvabilidade não se apresentaram, na análise multivariada, como fatores que determinam a divulgação de informação sobre o capital intelectual pelos bancos em Portugal. Saliente-se, no entanto, que numa análise univariada, a solvabilidade apresenta um nível de associação estatisticamente significativo com a divulgação de informação, revelando que os bancos com menor solvabilidade divulgam mais informação sobre o seu capital intelectual.

Copyright © 2014 FEA-RP/USP. Todos os direitos reservados

1. INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa procuraremos identificar os determinantes da divulgação de informação sobre o capital intelectual, efetuada pelos bancos que desenvolvem a sua atividade em Portugal, ou seja, a questão a que pretendemos responder é a de saber se a extensão da divulgação sobre o capital intelectual é globalmente explicada pelo conjunto de variáveis explicativas dessa divulgação, dadas por um conjunto de características organizacionais selecionadas. A investigação a desenvolver para a concretização deste objetivo é conduzida separadamente para a informação constante nos relatórios anuais e nas páginas *Web* das entidades bancárias, assim como para

cada um dos três componentes do capital intelectual, normalmente identificados na doutrina da especialidade (o capital humano, o capital estrutural e o capital relacional).

Com base na fundamentação de teorias económicas e sociais, enquadraremos cinco variáveis independentes que potencialmente justificarão a divulgação de informação sobre o capital intelectual no setor bancário em Portugal. A dimensão bancária, a dimensão do conselho de administração e as variáveis económico-financeiras mais relevantes deste setor: a eficiência operativa, a rentabilidade e a solvabilidade bancárias, são as características que pensamos, baseando-nos em estudos empíricos realizados, como potencialmente determinantes da divulgação de informação sobre o capital intelectual nestas entidades.

Realizaremos, numa primeira fase, uma análise às principais teorias que suportam a divulgação de informação sobre o capital intelectual. Procederemos de seguida a uma revisão da literatura que serviu de

Corresponding author

E-mail : L. Silva (lsilva@ipca.pt); A. M. Rodrigues (anarodri@fe.uc.pt); M. P. Muñoz (pilar.munoz@uvigo.es)

Escola Superior de Gestão, Campus do IPCA - 4750 - 810 Barcelos - Portugal

base à definição das hipóteses a comprovar e analisaremos as variáveis dependentes, assim como as variáveis independentes e o modelo empírico a utilizar. Os resultados serão apresentados para cada uma das variáveis dependentes consideradas: divulgação de informação sobre o capital intelectual e seus diferentes componentes (capital humano; capital estrutural e capital relacional), em cada uma das fontes de divulgação consideradas neste trabalho (relatórios anuais e páginas *Web* dos bancos).

Recorremos ao paradigma positivista como método de investigação, submetendo os dados recolhidos para análise a um tratamento quantitativo, permitindo analisar da forma mais objetiva possível, e fundamentados numa estrutura teórica, os principais determinantes da divulgação de informação sobre o capital intelectual pelas instituições de crédito em Portugal.

1.1 Fundamentação teórica

Embora várias teorias tenham sido aplicadas em estudos de divulgação de informação sobre o capital intelectual, nenhuma delas deve ser aplicada isoladamente para a explicação desse fenómeno, sendo, por isso, aconselhável a sua articulação.

A teoria da agência desenvolvida por Ross (1973) e Jensen e Meckling (1976) tem sido um dos mais importantes paradigmas teóricos em contabilidade nos últimos vinte e cinco anos (LAMBERT, 2007). Esta teoria surge pelo facto de o desenvolvimento económico resultar numa separação organizacional da propriedade e do controlo, sendo, por isso, necessária a nomeação de “agentes” para que lhes seja confiada a delegação de algum poder decisório. A atuação destes agentes deverá ser no interesse dos proprietários, passando, por isso, a existir um relacionamento de agência quando a entidade delega noutras pessoas (os agentes) a sua autoridade e poder de decisão para a execução de um serviço em seu nome (ROSS, 1973; JENSEN e MECKLING, 1976). Na base desta teoria

supõe-se que a organização é reduzida a duas pessoas: o principal e o agente, no entanto, numa perspetiva mais abrangente do contexto organizacional, esta teoria é vista como um conjunto de relações contratuais existentes na organização, ou seja, relacionamentos de agência não implicam que haja apenas um principal (e que este seja o proprietário do capital) e um agente, mas existem vários relacionamentos entre os proprietários dos diferentes fatores de produção (JENSEN e MECKLING, 1976; HILL e JONES, 1992; SHANKMAN, 1999).

Ao alargar as relações existentes nas organizações, a teoria dos *stakeholders* oferece uma visão mais abrangente do que a “teoria do acionista” (SHANKMAN, 1999). *Stakeholders* são qualquer grupo ou pessoa que afeta ou é afetado pela realização dos objetivos de uma organização, ou seja, qualquer grupo de que a organização precisa para existir (FREEMAN, 1994; DUNHAM *et al.*, 2006). Phillips *et al.* (2003) consideram que “o termo *stakeholder* é poderoso” pelas obrigações existentes perante um número mais alargado de partes envolvidas e Deegan (2002) atribui diferentes poderes a diferentes *stakeholders* pela capacidade de cada um desses diferentes grupos em influenciar as atividades da organização. Parmar *et al.* (2010) referem que foi a incerteza e a mudança operada nas organizações que atribuíram esses diferentes poderes aos *stakeholders*, acrescentando que (p. 404) “nos últimos trinta anos um crescente número de estudiosos e profissionais têm vindo a experimentar conceitos e modelos que facilitam a nossa compreensão da complexidade dos desafios dos negócios de hoje” mas que, o impacto da teoria dos *stakeholders* nas disciplinas de negócios será determinado mais pelos estudos dos próximos trinta anos do que pelo trabalho que já foi feito.

A teoria da legitimidade justifica as práticas das organizações no ambiente externo. Suchman (1995, p. 574) define legitimidade como sendo “a perceção generalizada ou suposição de que as ações de uma entidade são desejáveis, adequadas ou apropriadas

dentro de um sistema social construído por normas, valores, crenças e definições”. As organizações são legítimas na medida em que as suas atividades são congruentes com os objetivos da sociedade, sendo a legitimidade o resultado dessa consonância entre valores e normas sociais (PARSONS, 1956; DOWLING; PFEFFER, 1975). A legitimidade é, assim, uma restrição em todas as organizações (DOWLING e PFEFFER, 1975), fazendo depender a sua existência do cumprimento das suas obrigações sociais (SAMKIN e SCHNEIDER, 2010).

A teoria da sinalização foi desenvolvida por Akerlof (1970) e baseia-se na percepção da qualidade, na incerteza e na interpretação de sinais. A teoria da sinalização justifica uma maior propensão à divulgação por parte das organizações mais rentáveis para evitar a desvalorização das suas ações, para justificar as suas posições atuais e acordos de compensação e para aumentar a confiança dos investidores (OLIVEIRA *et al.*, 2006; ALJIFRI e HUSSAINEY, 2007; GALLERY *et al.*, 2008).

Também baseada na assimetria de informação e na incerteza, a teoria *proprietary costs* realça o impacto da divulgação de informação no mercado de capitais. Esta teoria assenta no pressuposto de que, fruto da assimetria de informação, a divulgação pode originar mercados mais ou menos líquidos e que maior (menor) liquidez, por sua vez, determina um menor (maior) custo de capital. Deste modo, na ausência de custos relacionados com a divulgação, as organizações têm incentivos para divulgar voluntariamente informações relevantes para o mercado e a existência de elevados custos propicia a retenção da informação.

As características a estudar baseiam-se essencialmente nas teorias apresentadas. Quanto maior a dimensão, mais recursos (e também eles mais sofisticados) as entidades possuem para a divulgação de informação ao mercado. Estas entidades têm também um mais diversificado número de *stakeholders* e incorrem também em maiores custos políticos, sendo a legitimação da sua posição

uma preocupação patente nas entidades de maior dimensão. As variáveis económico-financeiras estão associadas ao desempenho, pelo que, as organizações, baseadas nos seus indicadores de *performance*, tendem a divulgar mais informação ao mercado para manter ou melhorar a sua posição competitiva, captar investidores e justificar a posição dos órgãos de gestão.

Desde os anos 90 que os desenvolvimentos acerca da identificação e medição do capital intelectual têm feito surgir importantes modelos que deram um grande contributo a esta problemática. Os sistemas de medição mais recentes procuram adaptar os sistemas desenvolvidos anteriormente e acrescentar-lhes critérios de medição não financeiros. Modelos como os de *Balanced Scorecard*®, *The Technology Broker*, *Navegador de Skandia*, *Intangibles Assets Monitor*, foram alguns dos modelos desenvolvidos na década de 90 e que deram grande impulso a modelos mais recentes e mais ajustados à nova realidade. A nível mundial tem surgido muitos desenvolvimentos em estudos de medição, gestão e divulgação do capital intelectual, nomeadamente por organismos internacionais, organismos internacionais de normalização contabilística, institutos de investigação e governos. A nível europeu, a Comissão Europeia tem-se dedicado a esta temática ao incentivar o desenvolvimento de modelos de medição e de relato do capital intelectual, em projetos como o projeto PRISM - *Policy Making, Reporting and Measuring, Intangibles, Skills Development and Management*, MERITUM - *Measuring Intangibles to Understand and Improve Innovation Management*, E*KNOW-NET (como rede virtual formada por centros de investigação para incentivar o desenvolvimento de investigação em capital intelectual); MAGIC - *Measuring and Accounting Intellectual Capital*; Intellectus e, mais recentemente, o projeto InCaS - *Intellectual Capital Statement, Made in Europe*.

2. ANÁLISE EMPÍRICA

2.1 Objetivo

Este trabalho tem como objetivo a análise dos fatores que influenciam a extensão da divulgação de informação sobre o capital intelectual nos relatórios anuais e nas páginas *Web* dos bancos a operar em Portugal em 2010 e 2011.

2.2 Amostra

Procedemos à análise de conteúdo dos relatórios anuais individuais de 2010 das trinta e duas entidades bancárias que nesse ano operavam em Portugal. As suas páginas *Web* foram igualmente analisadas em 2011, tendo-se obtido, desta forma, a informação contida nestas fontes de informação e determinado o nível de divulgação de informação sobre o capital intelectual pela média dos indicadores divulgados sobre os indicadores totais que compõem o índice de divulgação, tendo como referência os modelos europeus *Intellectus* e *InCaS*.

2.3 Variáveis e modelo empírico

2.3.1 Variáveis dependentes

Com base num conjunto de indicadores apresentados no modelo *Intellectus*, promovido pela Comissão Europeia e desenvolvido por um grupo de trabalho para o estudo da medição do capital intelectual em bancos espanhóis, assim como em alguns conceitos e definições do modelo *InCaS (made in Europe)*¹, construímos um índice de divulgação específico para o estudo da divulgação de informação sobre o capital intelectual em entidades do setor bancário em Portugal. Na construção destes indicadores atendemos à particularidade da investigação sobre a divulgação e às especificidades do

setor em causa.

Segundo estes modelos, o capital humano refere-se a fatores que consideram os trabalhadores da organização e a sua interação na organização (qualificação de pessoal, conhecimento, experiência, competências de liderança, habilidades sociais e motivação); o capital estrutural avalia os fatores relacionados com as estruturas organizacionais e processos, tais como a cultura corporativa, a comunicação interna, o desenvolvimento de novos produtos e processos e a inovação e, o capital relacional resulta de (boas) relações com os *stakeholders*, com parceiros de negócio, com investidores, clientes, entre outros.

Consideramos como variáveis dependentes ou explicadas a extensão da divulgação de informação sobre o capital intelectual nos relatórios anuais e a extensão dessa divulgação nas páginas *Web*. O índice de divulgação do capital intelectual agrega índices de divulgação dos seus diferentes componentes: do capital humano, do capital estrutural e do capital relacional, sendo igualmente estendida esta análise a cada um destes componentes nas duas fontes de informação consideradas (nos relatórios anuais e nas páginas *Web*).

2.3.2 Variáveis independentes

Definidas as variáveis dependentes, debruçar-nos-emos sobre algumas características organizacionais que consideramos poderem afetar o nível de informação divulgada. Para tal, definimos como variáveis independentes ou explicativas:

- a dimensão do banco (DIM);
- a dimensão do conselho de administração (DCON)
- a rentabilidade do produto bancário (RPB);
- a eficiência operativa *cost-to-income* (CTI); e,
- a solvabilidade bancária (TIER1)

As variáveis independentes consideradas serão analisadas como possíveis características explicativas ou determinantes do nível de divulgação de informação sobre

o capital intelectual nos bancos, quer essa divulgação se concretize nos seus relatórios anuais quer seja nas suas páginas *Web*. Desenvolvemos, para isso, o modelo de

regressão linear múltiplo (MRLM) como se segue, apresentando-se igualmente as variáveis independentes a utilizar e a sua forma de determinação².

Quadro 1 – MRLM e variáveis independentes

CI = $\alpha + \beta_1 \text{DIM} + \beta_2 \text{DCON} + \beta_3 \text{RPB} + \beta_4 \text{CTI} + \beta_5 \text{TIER1} + \xi_{it}$	
Variáveis Proxy	Forma de determinação
Dimensão DIM	Logaritmo do valor do ativo líquido da entidade
Dimensão do Conselho de Administração DCON	Número de administradores no conselho de administração
Rendibilidade do Produto Bancário RPB	Produto bancário / total do ativo x100
Eficiência operativa (<i>Cost-to-income</i>) CTI	Gastos de estrutura / produto bancário x 100
Solvabilidade TIER1	Fundos próprios de base / (requisitos de fundos próprios x 12,5) x 100 (segundo o Aviso n.º 16/2004 do Banco de Portugal)

Fonte: elaboração própria.

O modelo apresentado no quadro acima será aplicado separadamente para a divulgação de informação sobre o capital intelectual nos relatórios anuais e nas páginas *Web*, assim como para cada um dos seus componentes (capital humano, capital estrutural e capital relacional) em cada uma das fontes de divulgação de informação consideradas no estudo.

2.4 Hipóteses de investigação

Dimensão

O tamanho ou dimensão da entidade é a variável mais utilizada nos estudos sobre os determinantes da divulgação. Buzby (1975) refere-se à dimensão como uma característica especial pela sua ligação à extensão da divulgação. Esta ligação prende-se com o facto de a recolha, o tratamento e a divulgação da informação ser onerosa e, por isso, as pequenas empresas suportarem maiores custos para obter e apresentar informação, revelando-se desproporcional a relação custo/benefício.

As entidades de maior dimensão conseguirão, em regra, maiores vantagens associadas à prestação de informação, podendo a divulgação do seu capital intelectual ser uma fonte de obtenção de vantagens adicionais, porque estes elementos podem diferenciar uma entidade dos seus concorrentes (BRANCO e RODRIGUES, 2008). Scott (1981) considera a dimensão a variável *interface* entre a organização e o meio envolvente. Entende-a como uma característica organizacional interna, mas determinada externamente, ou seja, uma medida da quantidade de *outputs* que o ambiente exigiu.

A dimensão da organização, sendo a variável mais estudada na temática da divulgação de informação sobre o capital intelectual, é também aquela que maior consenso reúne no impacto retratado nessa divulgação³.

Baseados na relevância demonstrada nos resultados dos estudos anteriormente referidos, consideramos que a dimensão dos bancos estará positivamente associada a uma maior divulgação de informação sobre o

capital intelectual. Para aferir da influência que a dimensão das instituições bancárias em Portugal tem na extensão da divulgação do seu capital intelectual (efetuada nos seus relatórios anuais e nas suas páginas *Web*), formulamos a seguinte hipótese de investigação:

H1: *Os bancos de maior dimensão divulgam mais informação sobre o capital intelectual do que os bancos de menor dimensão.*

Dimensão do conselho de administração

Segundo Pfeffer (1972, p. 218) “o conselho de administração é considerado um instrumento para lidar com o ambiente da organização”. O entendimento do autor de que a dimensão do conselho de administração é afetada pelas relações com o ambiente da organização e dependente da ligação que essa mesma organização tem com o ambiente externo, é justificada pelo facto de que quanto maior for a necessidade dessa ligação, provavelmente maior necessidade a organização terá de colocar no seu conselho de administração membros que lidem com essas necessidades e diversidades.

Hidalgo *et al.* (2011) analisaram a influência da dimensão do conselho de administração na divulgação de informação sobre os ativos intangíveis e concluíram que existe uma associação positiva entre ambas. Analisaram ainda a exata correspondência entre o número de membros do conselho de administração e a divulgação de intangíveis, constatando que até quinze membros, o aumento do número de administradores do conselho de administração tem um efeito benéfico sobre essa divulgação e que a partir deste número o efeito é inverso, ou seja, a divulgação de intangíveis diminui no sentido em que se torna mais pobre e dependente de mais tempo na tomada de decisão. Para Gandía (2008) a maioria dos códigos de governo da sociedade considera que o conselho de administração deve ser formado por um número “razoável” de membros, sendo que o número ideal depende de sua eficiência no cumprimento das suas funções de supervisão.

Salientamos, no entanto, que o número mínimo de administradores no conselho de administração é condicionado pelo modelo de *corporate governance* adotado pelas entidades bancárias e previsto na lei societária (nomeadamente no Código das Sociedades Comerciais e no regulamento da CMVM).

Consideramos que um maior número de administradores no conselho de administração impulsiona atitudes de rigor e transparência, reduzindo os conflitos de agência e proporcionando uma maior divulgação de informação em termos gerais e também sobre o capital intelectual. Considera-se assim, que a dimensão do conselho de administração influencia positivamente a divulgação de informação sobre o capital intelectual pelos bancos que desenvolvem a sua atividade em Portugal. Formulamos, deste modo, a seguinte hipótese de investigação:

H2: *A dimensão do conselho de administração influencia a divulgação de informação sobre o capital intelectual dos bancos que operaram em Portugal em 2010 e 2011.*

Rendibilidade

Baseada na teoria da agência, dos *stakeholders*, da sinalização e na teoria da legitimidade, esta variável poderá justificar a maior divulgação de informação por organizações mais rentáveis de forma a justificar a posição do agente em relação ao proprietário e, ao mesmo tempo, aumentar a credibilidade e a posição competitiva da organização perante os *stakeholders*. O argumento de que as empresas mais rentáveis divulgam, comparativamente, mais informação, faz com que o desempenho económico seja, normalmente, um dos fatores mais usuais no estudo dos determinantes da divulgação. No entanto, há evidências contraditórias nos resultados de estudos de associação entre a variável de rendibilidade e a divulgação de informação sobre o capital intelectual⁴, pelo que, não há nenhuma expectativa adequada sobre o sinal desta variável, formulando-se a hipótese de investigação de variação na divulgação de informação, muito embora não

se preveja, com rigor, o sentido dessa variação.

H3: *A divulgação de informação sobre o capital intelectual varia com a rendibilidade da entidade bancária.*

Eficiência operativa (*cost-to-income*)

A medida de eficiência operativa *cost-to-income* mede a proporção dos gastos de estrutura (ou de funcionamento) sobre o produto bancário, ou seja, mede o excesso do produto bancário (rendimentos da atividade) sobre os gastos de estrutura (gastos da atividade)⁵. Diversos estudos no setor bancário utilizaram esta medida como variável da eficiência bancária⁶ e do desempenho bancário⁷.

Esta medida, também chamada rácio de despesas sobre receitas “*expenses to revenue ratio*” (POON e FIRTH, 2005) ou custo da ineficiência “*cost-inefficiency*” (BAELE *et al.*, 2007), mede a eficiência operacional de cada banco, ou seja a eficiência na gestão dos gastos (KOSMIDOU, 2008) que significa a racionalização da estrutura organizativa (ROSSIGNOLI e ARNABOLDI, 2009). Poghosyan (2010) e Wang *et al.* (2011) utilizaram esta medida como *proxy* da qualidade da gestão, esperando-se que os bancos com uma gestão mais qualificada tenham gastos operacionais mais reduzidos, logo, uma diminuição do *cost-to-income*. Rossignoli e Arnaboldi (2009) utilizaram-na como medida de inovação financeira e Hess e Francis (2004) como medida de avaliação comparativa no setor, considerando que esta medida identifica a adoção de melhores práticas, não propriamente pela redução da rácio mas pela identificação dos gastos de estrutura entre as instituições.

Tal como na variável de rendibilidade, também na eficiência operativa as teorias da agência, dos *stakeholders*, da sinalização e da legitimidade exercem um papel preponderante na influência que a variável tem na divulgação de informação. É de esperar que as entidades que apresentem um menor valor do indicador de eficiência operativa (dado que representa a proporção de gastos sobre rendimentos) divulguem mais informação sobre o capital intelectual, o capital humano, o capital

estrutural e o capital relacional.

H4: *Os bancos que apresentam as melhores rácios de eficiência operativa divulgam mais informação sobre o capital intelectual.*

Solvabilidade

A crise financeira iniciada nos EUA em 2007, consequência da crise dos créditos hipotecários, chegou rapidamente a Portugal sob a forma de falta de liquidez na economia e dificuldades de acesso ao mercado interbancário, agravado pelo risco do país. Os testes de resiliência a que foram sujeitos os bancos portugueses resultaram numa falta de solvabilidade, refletida numa diminuição de fundos próprios⁸. As imposições colocadas à banca portuguesa, no âmbito da ajuda externa concedida pelo FMI, BCE e UE⁹ pelo programa de assistência financeira UE/FMI (2011-2014), são a de estabilidade do indicador de solvabilidade e a desalavancagem financeira. Estas medidas têm-se traduzido numa situação de restrição na concessão de crédito, restrição na distribuição de dividendos¹⁰ e redução da rácio de transformação¹¹. Assim, o objetivo é o aumento da rácio de solvabilidade pelo reforço dos fundos próprios de modo a recuperar a confiança dos mercados internacionais. A rácio *Tier 1* (medida de solvabilidade imposta pelo Banco de Portugal às instituições financeiras que supervisiona) contempla o “capital de melhor qualidade” em termos de disponibilidade e capacidade de absorção por perdas, sendo, por isso, estabelecido um nível mínimo de capital que as instituições devem ter em função dos requisitos de fundos próprios decorrentes dos riscos associados à sua atividade (risco de mercado, risco de crédito e risco cambial)¹².

O sinal positivo apresentado na medida de solvabilidade e na sua associação com a divulgação de informação sobre o capital intelectual, demonstra um maior alinhamento no interesse em relação ao sucesso do banco (WANG *et al.*, 2011). É, por isso, de esperar que os bancos que se apresentem com maior solidez financeira (através de uma adequada gestão de capital) divulguem mais informação

sobre o capital intelectual. Com base nesta associação, formulamos a seguinte hipótese de investigação:

H5: *Os bancos que apresentam melhor rácio de solvabilidade (medida pelo indicador Tier 1) divulgam mais informação sobre o capital intelectual.*

3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A tabela de correlações apresentada de seguida revela os resultados da associação entre cada uma das variáveis dependentes (nível de divulgação do capital intelectual, do capital humano, do capital estrutural e do capital relacional nos relatórios anuais e nas páginas *Web* dos bancos em Portugal em 2010 e 2011) com as variáveis independentes que consideramos (dimensão da entidade, dimensão do conselho de administração, rendibilidade do produto bancário, eficiência operativa e solvabilidade)¹³.

Tabela 1 – Valores e nível de significância estatística das correlações entre as variáveis

	Relatórios				Web			
	CI	CH	CE	CR	CI	CH	CE	CR
DIM	0,597 0,000	0,632 0,000	0,601 0,000	0,432 0,014	0,633 0,000	0,460 0,008	0,618 0,000	0,561 0,001
DCON	0,569 0,001	0,307 0,088	0,616 0,000	0,638 0,000	0,578 0,001	0,231 0,203	0,633 0,000	0,524 0,002
RPB	-0,229 0,206	-0,203 0,265	-0,275 0,128	-0,189 0,299	-0,285 0,114	-0,131 0,474	-0,306 0,089	-0,243 0,182
CTI	0,050 0,786	0,128 0,487	-0,076 0,680	0,075 0,683	-0,029 0,873	-0,001 0,994	-0,151 0,411	0,028 0,811
TIER1	-0,396 0,025	-0,530 0,002	-0,276 0,126	-0,328 0,067	-0,413 0,019	-0,326 0,068	-0,320 0,074	-0,414 0,019
	N = 32	N = 32	N = 32	N = 32	N = 32	N = 32	N = 32	N = 32

Os resultados apresentados na tabela anterior revelam uma associação linear moderada e estatisticamente significativa entre a variável dimensão bancária (DIM) e a divulgação de informação sobre o capital intelectual, assim como com cada um dos seus componentes, quer a divulgação se realize nos relatórios anuais, quer seja nas páginas *Web*. Também a variável dimensão do conselho de administração (DCON) apresenta uma associação linear estatisticamente significativa com as variáveis dependentes consideradas, com exceção da divulgação sobre o capital humano nas páginas *Web* (coeficiente de correlação de *Spearman* de 0,231, com $p=0,203$). As variáveis económicas de rendibilidade (RPB) e eficiência (CTI) não apresentam na correlação resultados estatisticamente significativos, no entanto, uma análise conjunta destas variáveis com as

restantes é justificada para que se verifique o comportamento numa vertente multivariada. Tal significa que, não sendo visível qualquer padrão de associação, individualmente considerada, entre as variáveis dependentes e as variáveis independentes de rendibilidade e de eficiência, não se pode afirmar de modo definitivo a não existência de qualquer associação entre as variáveis, se consideradas no conjunto e não isoladamente. A variável de solvabilidade considerada (TIER1) apresenta associações lineares negativas e estatisticamente significativas com as variáveis dependentes, revelando que os bancos com menor solvabilidade serão os que maior quantidade de informação divulgarão sobre o capital intelectual, capital humano, estrutural e relacional tanto nos relatórios anuais como nas páginas *Web*.

Determinantes da divulgação de informação sobre o capital intelectual

A tabela 2 apresenta os resultados do MRLM aplicado para avaliar a divulgação

de informação sobre o capital intelectual nos relatórios anuais e nas páginas *Web* dos bancos, relativamente às variáveis independentes antes analisadas.

Tabela 2 – Resultados do MRLM para a divulgação de informação sobre o capital intelectual

$CI_{relatórios} = \alpha + \beta_1 DIM + \beta_2 DCON + \beta_3 RPB + \beta_4 CTI + \beta_5 TIER1 + \xi t$					$CI_{web} = \alpha + \beta_1 DIM + \beta_2 DCON + \beta_3 RPB + \beta_4 CTI + \beta_5 TIER1 + \xi t$					
Variáveis independentes	Coeficientes não Stand.		Coefic. Stand.	t	p	Coeficientes não Stand.		Coefic. Stand.	t	p
	β	Std.Error				β	Std.Error			
(Constant)	-0,298	0,281		-1,059	0,300	-0,178	0,164		-1,087	0,287
DIM	0,094	0,040	0,443	2,328	0,028	0,062	0,024	0,463	2,614	0,015
DCON	0,013	0,006	0,350	2,144	0,042	0,010	0,004	0,404	2,666	0,013
RPB	0,010	0,016	0,102	0,604	0,551	0,003	0,010	0,056	0,354	0,726
CTI	4,745E-005	0,001	0,007	0,045	0,964	0,000	0,001	-0,063	-0,452	0,655
TIER1	-0,001	0,002	-0,085	-0,495	0,625	9,493E-005	0,001	0,014	0,090	0,929

R = 0,681 R ² = 0,463 R ² Adj = 0,360 D-W = 2,184	R = 0,732 R ² = 0,536 R ² Adj = 0,447 D-W = 2,089
--	--

A variável dimensão apresenta-se como fator explicativo da divulgação de informação sobre o capital intelectual nos relatórios anuais e nas páginas *Web* dos bancos, com significância estatística para um valor de $p=0,028$ e $p=0,015$, respetivamente, confirmando-se a hipótese de que os bancos de maior dimensão divulgam significativamente mais informação sobre o capital intelectual nos relatórios anuais e nas páginas *Web* do que os bancos de menor dimensão. Também a variável dimensão do conselho de administração se apresenta estatisticamente significativa, com um nível de significância estatística de $p=0,042$ e $p=0,013$ nos relatórios anuais e nas páginas *Web*, respetivamente, confirmando a sua influência na divulgação de informação sobre o capital intelectual nos relatórios anuais e nas páginas *Web* dos bancos

que operam em Portugal.

De acordo com a teoria da legitimidade, dos *stakeholders* e da agência, as instituições de maior dimensão, porque sujeitas a maior escrutínio por parte dos diversos *stakeholders*, tenderão a divulgar mais informação sobre o seu capital intelectual nos relatórios anuais e nas suas páginas *Web*, podendo concluir-se que a divulgação de informação sobre o capital intelectual realizada nos meios de comunicação analisados é maior nos bancos de maior dimensão. Também a teoria da agência justifica a maior divulgação desta informação por entidades com maior número de membros no conselho de administração, podendo, para estas organizações, essa divulgação representar um mecanismo de monitorização dos gestores ao impor transparência e compreensibilidade aos agentes interessados.

Determinantes da divulgação de informação sobre o capital humano

Os resultados da divulgação do componente de capital humano apresentam-se na tabela seguinte.

Tabela 3 - Resultados do MRLM para a divulgação de informação sobre o capital humano

CH relatórios = $\alpha + \beta_1 \text{DIM} + \beta_2 \text{DCON} + \beta_3 \text{RPB} + \beta_4 \text{CTI} + \beta_5 \text{TIER1} + \xi_i t$						CH Web = $\alpha + \beta_1 \text{DIM} + \beta_2 \text{DCON} + \beta_3 \text{RPB} + \beta_4 \text{CTI} + \beta_5 \text{TIER1} + \xi_i t$					
Variáveis independentes	Coeficientes não Stand.		Coefic. Stand. β	t	p	Coeficientes não Stand.		Coefic. Stand. β	t	p	
	β	Std.Error				β	Std.Error				
(Constant)	-0,575	0,303		-1,898	0,069	-0,163	0,103		1,582	0,126	
DIM	0,126	0,044	0,570	2,890	0,008	0,017	0,015	0,206	1,158	0,257	
DCON	0,006	0,007	0,145	0,585	0,399	0,009	0,002	0,625	4,090	0,000	
RPB	0,006	0,018	0,055	0,314	0,756	-0,002	0,006	-0,048	-0,301	0,766	
CTI	0,001	0,001	0,076	0,488	0,630	3,171E-005	0,000	0,012	0,086	0,935	
TIER1	-0,001	0,002	-0,075	-0,423	0,676	0,001	0,001	0,136	0,850	0,403	

R = 0,651 R ² = 0,424 R ² Adj = 0,313 D-W = 2,015	R = 0,728 R ² = 0,530 R ² Adj = 0,439 D-W = 1,867
--	--

No que se refere à divulgação de informação sobre o capital humano nos relatórios anuais, os resultados apontam para a existência de uma influência positiva e estatisticamente significativa da dimensão da instituição bancária na divulgação de informação desta natureza, o que nos permite confirmar que os bancos de maior dimensão divulgam mais informação sobre o capital humano nos relatórios anuais do que os bancos de menor dimensão.

Confirmamos igualmente a influência da variável dimensão do conselho de administração na divulgação de informação sobre o capital humano nas páginas *Web*. A influência desta variável na divulgação de informação sobre o capital humano nas páginas *Web* assume uma particularidade que merece relevo. Este tipo de informação (que se revela a mais particular em cada organização), acessível através desta fonte de divulgação (a forma mais exposta de

divulgação) está longe de reunir consenso, atenda-se aos resultados da análise univariada desta variável, que desenvolvemos acima. Confirma-se, no entanto, que a dimensão do conselho de administração influencia a divulgação da informação considerada, pela maioria das organizações, como a mais privada, nomeadamente no âmbito das competências específicas dos colaboradores. Apesar da significância estatística deste resultado, os bancos que divulgam informação sobre o capital humano nas páginas *Web* condicionam essa divulgação a informações muito reduzidas e limitadas a determinados dados menos confidenciais.

A não significância estatística da variável dimensão do conselho de administração na divulgação de informação sobre o capital humano nos relatórios anuais poderá demonstrar alguma consistência com a teoria do *proprietary costs* ao verificar-se existir algum receio por parte das instituições

em divulgar informação mais confidencial, que estará acessível aos seus concorrentes, ou poderá ser revelador, como refere Rodrigues (2003), de que a sociedade portuguesa não assumiu ainda os recursos humanos como um recurso estratégico fundamental para assegurar a competitividade sustentável das organizações. Deste modo, ao não ser admitido como tal, não serão as medidas de governo da sociedade existentes nas instituições bancárias

que influenciarão plenamente a divulgação de informação sobre o capital humano.

Determinantes da divulgação de informação sobre o capital estrutural

Os resultados sobre os determinantes da divulgação de informação sobre o capital estrutural, analisados através do MRLM, constam da tabela 4.

Tabela 4 - Resultados do MRLM para a divulgação de informação sobre o capital estrutural

CE _{relatórios} = $\alpha + \beta_1 \text{DIM} + \beta_2 \text{DCON} + \beta_3 \text{RPB} + \beta_4 \text{CTI} + \beta_5 \text{TIER1} + \xi_i t$						CE _{web} = $\alpha + \beta_1 \text{DIM} + \beta_2 \text{DCON} + \beta_3 \text{RPB} + \beta_4 \text{CTI} + \beta_5 \text{TIER1} + \xi_i t$					
Variáveis independentes	Coeficientes não Stand.		Coefic. Stand.	t	p	Coeficientes não Stand.		Coefic. Stand.	t	t	
	β	Std.Error	β			β	Std.Error	β			
(Constant)	-0,258	0,271		-0,952	0,350	-0,300	0,225		-1,331	0,195	
DIM	0,096	0,039	0,459	2,469	0,020	0,082	0,032	0,492	2,535	0,000	
DCON	0,014	0,006	0,362	2,270	0,032	0,007	0,005	0,231	1,389	0,177	
RPB	0,015	0,016	0,152	0,917	0,368	0,005	0,013	0,065	-0,376	0,710	
CTI	-0,001	0,001	-0,074	-0,507	0,617	-0,001	0,001	-0,105	-0,686	0,499	
TIER1	-0,001	0,002	-0,063	-0,379	0,708	0,000	0,001	-0,060	-0,343	0,734	

R = 0,699 R ² = 0,489 R ² Adj = 0,390 D-W = 2,113
--

R = 0,664 R ² = 0,441 R ² Adj = 0,334 D-W = 2,209
--

A análise aos resultados apresentados sobre a divulgação de informação sobre o capital estrutural nos relatórios anuais e nas páginas *Web*, permite-nos concluir que a variável dimensão se apresenta, uma vez mais, com significância estatística, comprovando a sua associação com a divulgação de informação de âmbito organizativo e tecnológico. Confirma-se, assim, a hipótese de que os bancos de maior dimensão divulgam significativamente mais informação sobre o capital estrutural nos relatórios anuais e nas páginas *Web* do que a divulgação que os bancos de menor dimensão fazem deste componente nas mesmas fontes.

A divulgação de informação sobre o capital estrutural nos relatórios anuais apresenta

igualmente como determinante a dimensão do conselho de administração, confirmando que os bancos com esta característica apresentam uma mais extensa divulgação deste componente nos seus relatórios. Embora no MRLM aplicado à divulgação de informação sobre o capital estrutural nas páginas *Web*, a variável dimensão do conselho de administração assumia um valor de $p=0,177$, a variável mostra-se relevante na divulgação deste componente, verificada através da correlação com que se apresenta na análise univariada (Ró de Spearman de 0,633 com $p=0,000$).

Determinantes da divulgação de informação sobre o capital relacional

No que respeita aos fatores que determinam a divulgação de informação sobre o capital relacional, verifica-se pelos resultados apresentados na tabela seguinte que a variável dimensão do conselho de administração se apresenta estatisticamente significativa para justificar a divulgação sobre

este componente nos relatórios anuais e nas páginas *Web*. A variável dimensão bancária apresenta-se como fator que determina a divulgação de informação sobre o capital relacional apenas nas páginas *Web*, com um nível de significância estatística de $p=0,038$.

Tabela 5 - Resultados do MRLM para a divulgação de informação sobre o capital relacional

$CR_{relat\u00f3rios} = \alpha + \beta_1 DIM + \beta_2 DCON + \beta_3 RPB + \beta_4 CTI + \beta_5 TIER1 + \xi_{it}$						$CR_{Web} = \alpha + \beta_1 DIM + \beta_2 DCON + \beta_3 RPB + \beta_4 CTI + \beta_5 TIER1 + \xi_{it}$					
Variáveis independentes	Coeficientes não Stand.		Coefic. Stand.	t	p	Coeficientes não Stand.		Coefic. Stand.	t	p	
	β	Std.Error	β			β	Std.Error	β			
(Constant)	-0,65	0,391		-0,166	0,869	-0,054	0,263		-0,206	0,839	
DIM	0,060	0,056	0,225	1,064	0,297	0,083	0,038	0,426	2,182	0,038	
DCON	0,021	0,009	0,431	2,382	0,025	0,013	0,006	0,378	2,256	0,033	
RPB	0,009	0,023	0,074	0,394	0,697	0,007	0,015	0,077	0,444	0,661	
CTI	0,000	0,001	0,021	0,125	0,901	0,000	0,001	-0,038	-0,246	0,808	
TIER1	-0,001	0,003	-0,093	-0,490	0,628	0,000	0,002	0,031	0,178	0,860	

R = 0,583 R ² = 0,339 R ² Adj = 0,212 D-W = 2,330	R = 0,660 R ² = 0,435 R ² Adj = 0,316 D-W = 2,135
--	--

Deste modo, os bancos de maior dimensão divulgam mais informação sobre o capital relacional nas páginas *Web* do que os bancos de menor dimensão. Também as instituições com maior número de membros no conselho de administração divulgam significativamente mais informação acerca das relações estabelecidas com terceiros nos seus relatórios anuais e nas suas páginas *Web*.

Os resultados apresentados na tabela resumo anterior revelam uma associação positiva e estatisticamente significativa da variável dimensão com praticamente todos os índices de divulgação. Estes resultados corroboram as teorias de legitimidade, dos *stakeholders* e da agência, ao confirmar que as instituições de maior dimensão, porque mais escrutinadas por parte dos diversos

stakeholders e porque, em consequência disso, asseguram a subsistência da sua reputação, tenderão a divulgar mais informação sobre o seu capital intelectual (e componentes), qualquer que seja a fonte utilizada para a divulgação dessa informação. Confirmam-se, assim, as hipóteses que associam positivamente a divulgação de informação sobre o capital intelectual e os componentes de capital humano, capital estrutural e capital relacional com a dimensão da instituição¹⁴.

Tabela 6 – Resumo dos resultados do MRLM

Hipótese / variável e associação prevista	Capital Intelectual				Capital Humano				Capital Estrutural				Capital Relacional				
	Relatórios		Web		Relatórios		Web		Relatórios		Web		Relatórios		Web		
H1 Dimensão	+	+	**	+	**	+	***	+		+	**	+	**	+		+	**
H2 Dimensão Conselho de Administração	+	+	**	+	**			+	***	+	**			+	**	+	**
H3 Rendibilidade do produto bancário	?																
H4 Eficiência operativa (Cost-to-income)	-																
H5 Solvabilidade (TIER 1)	+																

*** Significância estatística para o nível 0,01

** Significância estatística para o nível 0,05

A variável dimensão do conselho de administração tem uma influência positiva na divulgação de informação sobre o capital intelectual. Apesar desta variável não se mostrar significativa para todos os componentes do capital intelectual pelo MRLM, a tabela de correlações permite verificar a existência de uma associação linear moderada e estatisticamente significativa desta variável com todos os índices de divulgação construídos, com exceção da divulgação sobre o capital humano nas páginas *Web*, o qual se veio a revelar estatisticamente significativo na análise multivariada (com $p=0,000$). Estes resultados provam a importância desta variável na divulgação de informação sobre o capital intelectual¹⁵.

As variáveis de rendibilidade e eficiência operativa não se apresentam como determinantes da divulgação de informação sobre o capital intelectual nem dos seus componentes, seja nos relatórios anuais seja nas páginas *Web*. A variável solvabilidade, medida pelo indicador *Tier 1*, também não se apresenta no MRLM como determinante da divulgação de informação. Esta variável, que expõe o grau de estabilidade financeira dos bancos, apresenta-se, através da tabela de correlações, com uma associação negativa com todos os

índices de divulgação construídos, revelando níveis de significância estatística que permitem concluir que, analisada isoladamente, a maior divulgação de informação sobre o capital intelectual (e componentes) está associada a uma menor solvabilidade bancária.

Verificamos pelos resultados apresentados que apenas a dimensão bancária e a dimensão do conselho de administração explicam a proporção de variação na divulgação de informação sobre o capital intelectual (e seus componentes) nos relatórios anuais e nas páginas *Web*. Os resultados poder-se-ão justificar por um conjunto de razões, destacando, entre outras, a particularidade de os bancos de maior dimensão e com maior número de membros no conselho de administração:

- apresentarem produtos e serviços mais diversificados para divulgação;
- possuírem mais sofisticados meios eletrónicos (páginas *Web* mais completas) para oferecer produtos e serviços *online*;
- deterem uma maior carteira de clientes;
- terem a necessidade de abranger uma mais vasta área geográfica (em consequência de uma maior internacionalização);
- necessitarem responder às maiores solicitações de investidores;

- manterem com a sociedade civil maior transparência fruto dos deveres no âmbito da sua responsabilidade social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurámos neste estudo determinar os fatores que explicam a divulgação de informação sobre o capital intelectual efetuada nos relatórios anuais e nas páginas *Web* dos bancos que desenvolviam a sua atividade em Portugal em 2010 e 2011. Com este objetivo, considerámos cinco variáveis independentes: a dimensão bancária, a dimensão do conselho de administração, a rendibilidade bancária, a eficiência operativa e a solvabilidade bancária. Os valores das variáveis foram recolhidos diretamente das demonstrações financeiras das entidades bancárias, analisando-os através de modelos empíricos, suportando os resultados em teorias para que se possa concluir da sua influência na divulgação de informação sobre o capital intelectual dos bancos em Portugal. Estas variáveis explicativas foram analisadas para o estudo da divulgação de informação sobre o capital intelectual, assim como dos seus componentes, efetuada tanto nos relatórios anuais como nas páginas *Web*.

Os resultados revelaram que a variável independente dimensão bancária determina que serão os maiores bancos a divulgar mais informações sobre o capital intelectual nos relatórios anuais e nas páginas *Web*. De acordo com as teorias da legitimidade, da agência e dos *stakeholders*, as maiores organizações estão sujeitas a elevados custos de agência, sendo também nestas que se verifica maior assimetria da informação. As organizações de maior dimensão, porque sujeitas a um maior escrutínio por um elevado número de *stakeholders*, estão mais preocupadas com a sua reputação e com as ameaças à sua legitimidade, o que as motivará a uma maior divulgação de informação sobre o capital intelectual. Deste modo, conclui-se que os bancos de maior dimensão, sendo os que

possuem melhores recursos no tratamento da informação, são também aqueles que têm maior necessidade de colmatar a assimetria da informação pela existência de maior separação da propriedade e do controlo. São também estes bancos que são alvo de maior interesse na informação que divulgam, assim como os que mais precisam de legitimar a sua posição no mercado.

Também a variável dimensão do conselho de administração se apresentou como determinante da divulgação de informação sobre o capital intelectual. A teoria da agência confirma a importância desta variável na divulgação de informação dada a propensão a uma maior transparência por parte dos bancos que possuam maior número de membros no conselho de administração, por ser uma estratégia de monitorização existente nas organizações devido à separação entre a propriedade e o controlo. Este será um dos mecanismos que permitirá a redução dos conflitos e dos custos de agência.

As variáveis económicas e financeiras não se apresentaram na análise multivariada como determinantes da divulgação de informação sobre o capital intelectual, apresentando-se na análise univariada a variável de solvabilidade com associação negativa e estatisticamente significativa com a divulgação de informação. Estes resultados revelam que serão as entidades financeiras com menores níveis de solvabilidade as que mais divulgam informação sobre o capital intelectual nos principais meios de comunicação ao mercado. Confirmada a associação inversa entre a solvabilidade e a dimensão das entidades bancárias, conclui-se que são os bancos de maior dimensão os que se apresentam com menor indicador de estabilidade financeira, sendo, por outro lado, estes bancos que mais informação sobre capital intelectual divulgam.

Porque os fatores económicos e financeiros considerados nesta investigação não se apresentaram determinantes na divulgação de informação sobre o capital intelectual, consideramos uma via interessante em futuras pesquisas, uma análise que permita

determinar se a divulgação de informação sobre o capital intelectual se apresenta com uma influência positiva em cada um desses fatores económicos e financeiros, podendo-se confirmar, desta forma, o capital intelectual como uma fonte de criação de valor das organizações.

REFERÊNCIAS

- ABEYSEKERA, I. The influence of board size on intellectual capital disclosure by Kenyan listed firms. **Journal of intellectual capital**, v. 11, n. 4, pp. 504-518, 2010.
- AKERLOF, G.A. The Market for “Lemons”: Quality Uncertainty and the Market Mechanism. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 84, n. 3, pp. 488-500, 1970.
- ALJIFRI, K., HUSSAINEY, K. The determinants of forward-looking information in annual reports of UAE companies. **Managerial Auditing Journal**, v. 22, n. 9, pp. 881-894, 2007.
- AN, Y., *et al.* The Effects of Industry Type, Company Size and Performance on Chinese Companies’ IC Disclosure: A Research Note. **Australasian Accounting Business and Finance Journal**, v. 5, n. 3, pp. 107-116, 2011.
- BAELE, L., *et al.* Does the stock market value bank diversification?. **Journal of Banking & Finance**, v. 31, pp. 1999-2023, 2007.
- BAUMANN, U., NIER, E. Disclosure, volatility, and transparency: an empirical investigation into the value of bank disclosure. **Economic Policy Review - Federal Reserve Bank of New York**, v. 10, n. 2, pp. 31-45, 2004.
- BOZZOLAN, S. Intellectual capital disclosure (ICD). A comparison of Italy and the UK. **Journal of Human Resource Costing & Accounting**, v. 10, pp. 92-113, 2006.
- BOZZOLAN, S., *et al.* Italian annual intellectual capital disclosure: An empirical analysis. **Journal of Intellectual Capital**, v. 4, pp. 543-558, 2003.
- BRANCO, M.C., *et al.* Intellectual capital disclosure media in Portugal. **Corporate Communications: An International Journal**, v. 16, n. 1, pp. 38-52, 2011.
- BRANCO, M.C., RODRIGUES, L.L. Factors Influencing Social Responsibility disclosure by Portuguese Companies. **Journal of Business Ethics**, v. 83, pp. 685-701, 2008.
- BRANSWIJCK, D., EVERAERT, P. Intellectual capital disclosure commitment: myth or reality?. **Journal of Intellectual Capital**, v. 13, n. 1, pp. 39-56, 2012.
- BRÜGGEN, A., *et al.* Determinants of intellectual capital disclosure: evidence from Australia. **Management Decision**, v. 47, n. 2, pp. 233-245, 2009.
- BUZBY, S.L. Company size, listed versus unlisted stocks, and the extent of financial disclosure. **Journal of Accounting Research**, v. 13, n. 1, pp. 16-37, 1975.
- CERBIONI, F., PARBONETTI, A. Exploring the Effects of Corporate Governance on Intellectual Capital Disclosure: An Analysis of European Biotechnology Companies. **European Accounting Review**, v. 16, pp. 791-826, 2007.
- CORDAZZO, M. Intangibles and Italian IPO prospectuses: a disclosure analysis. **Journal of Intellectual Capital**, v. 8, pp. 288-305, 2007.
- CORMIER, D., *et al.* Attributes of social and human capital disclosure and information asymmetry between managers and investors. **Canadian Journal of Administrative Sciences**, v. 26, n. 1, pp. 71-88, 2009.
- COSTA, A.S. **A divulgação de informação sobre capital intelectual na carta do presidente incluída no relatório e Contas**. Tese de mestrado. Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, 2010.
- DEEGAN, C. The legitimising effect of social and environmental disclosures - a theoretical foundation. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, pp. 282-311, 2002.
- DOWLING, J., PFEFFER, J. Organizational Legitimacy: Social Values and Organizational

- Behavior. **The Pacific Sociological Review**, v. 18, n. 1, pp. 122-136, 1975.
- DUNHAM, L., *et al.* Enhancing Stakeholder Practice: A Particularized Exploration of Community. **Business Ethics Quarterly**, v. 16, n. 1, pp. 23-42, 2006.
- FERREIRA, A.L. **A divulgação de informação sobre capital intelectual em Portugal - uma análise exploratória**. Tese de mestrado. Faculdade de Economia, Universidade do Porto, 2008.
- FIRER, S., WILLIAMS, S.M. Firm ownership structure and intellectual capital disclosures. **SA Journal of Accounting Research**, v. 19, pp. 1-18, 2005.
- FREEMAN, R.E. The Politics of Stakeholder Theory: Some Future Directions. **Business Ethics Quarterly**, v. 4, n. 4, pp. 409-421, 1994.
- GALLERY, G., *et al.* Corporate disclosure quality: lessons from Australian companies on the impact of adopting International Financial Reporting Standards. **Australian Accounting Review**, v. 18, pp. 257-273, 2008.
- GAN, K., *et al.* Corporate Governance, Ownership Structures and Intellectual Capital Disclosures: Malaysian Evidence, 2008. Obtido em: <http://140.117.75.203/program/FullPaper/083-1505017953.pdf> (Acedido em 24 março 2011).
- GANDÍA, J.L. Determinants of internet-based corporate governance disclosure by Spanish listed companies. **Online Information Review**, v. 32, pp. 791-817, 2008.
- GARCÍA-MECA, E., *et al.* The Explanatory Factors of Intellectual Capital Disclosure to Financial Analysts. **European Accounting Review**, v. 14, pp. 63-94, 2005.
- GARCÍA-MECA, E., MARTÍNEZ, I. Assessing the quality of disclosure on intangibles in the Spanish capital Market. **European Business Review**, v. 17, pp. 305-313, 2005.
- GARCÍA-MECA, E., MARTÍNEZ, I. The use of intellectual capital information in investment decisions. An empirical study using analyst reports. **The International Journal of Accounting**, v. 42, pp. 57-81, 2007.
- GERPOTT, T.J., *et al.* Intangible asset disclosure in the telecommunications industry. **Journal of Intellectual Capital**, v. 9, pp. 37-61, 2008.
- GÓMEZ RODRÍGUEZ, I. **La divulgación de información sobre intangibles en el sector financiero y la creación de valor**. Papeles de Trabajo cuadernos de ciencias económicas y empresariales n.º 30. Universidad de Málaga, 2003.
- GUTHRIE, J., *et al.* The voluntary reporting of intellectual capital: Comparing evidence from Hong Kong and Australia. **Journal of Intellectual Capital**, v. 7, pp. 254-271, 2006.
- HESS, K., FRANCIS, G. Cost income ratio benchmarking in banking. A case study. **Benchmarking: An International Journal**, v. 11, n. 3, pp. 303-319, 2004.
- HIDALGO, R.L., *et al.* Corporate Governance and Intellectual Capital Disclosure. **Journal of Business Ethics**, v. 100, pp. 483-495, 2011.
- HILL, C.W.; JONES, T.M. Stakeholder-Agency Theory. **The Journal of Management Studies**, v. 29, n. 2, pp. 131-154, 1992.
- JENSEN, M.C.; MECKLING, W.H. Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure” **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, pp. 305-360, 1976.
- JONGHE, O.D. Back to the basics in banking? A micro-analysis of banking system stability. **Journal of Financial Intermediation**, v. 3, pp. 387-417, 2010.
- KOSMIDOU, K. The determinants of banks’ profits in Greece during the period of EU financial integration. **Managerial Finance**, v. 34, n. 3, pp. 146-159, 2008.
- LAMBERT, A.R. Agency Theory and Management Accounting. **Handbook of Management Accounting Research**, v. 1, pp. 247-268, 2007.
- LI, J., *et al.* Intellectual capital disclosure and corporate governance structure in UK firms. **Accounting and Business Research**, v. 38, pp. 137-159, 2008.
- LI, J., *et al.* **Intellectual Capital Disclosure in Knowledge Rich Firms: The Impact of Market and Corporate Governance Factors**. Working Paper Series N.º 07/06, 2007.

- OLIVEIRA, L., *et al.* Firm-specific determinants of intangibles reporting: evidence from the Portuguese stock market. **Journal of Human Resource Costing & Accounting**, v. 10, pp. 11-33, 2006.
- ORENS, R., *et al.* Intellectual capital disclosure, cost of finance and firm value” **Management Decision**, v. 47, pp. 1536-1554, 2009.
- PARMAR, B.L., *et al.* Stakeholder Theory: The State of the Art. **The Academy of Management Annals**, v. 4, n. 1, pp. 403-445, 2010.
- PARSONS, T. Suggestions for a Sociological Approach to the Theory of Organizations-II. **Administrative Science Quarterly**, v. 1, n. 1, pp. 63-85, 1956.
- PASIOURAS, F. *et al.* The impact of bank regulations, supervision, market structure, and bank characteristics on individual bank ratings: A cross-country analysis. **Review of Quantitative Finance and Accounting**, v. 27, pp. 403-438, 2006.
- PFEFFER, J. Size and Composition of Corporate Boards of Directors: The Organization and its Environment. **Administrative Science Quarterly**, v. 17, n. 2, pp. 218-228, 1972.
- PHILLIPS, R., *et al.* What Stakeholder Theory is not. **Business Ethics Quarterly**, v. 13, n. 4, pp. 479-502, 2003.
- POGHOSYAN, T. Re-examining the impact of foreign bank participation on interest margins in emerging markets. **Emerging Markets Review**, v. 11, pp. 390-403, 2010.
- POON, P.H, FIRTH, M. Are Unsolicited Credit Ratings Lower? International Evidence From Bank Ratings. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 32, n. 9-10, pp. 1741-1771, 2005.
- RODRIGUES, A.M. **O Goodwill nas contas consolidadas: uma análise dos grupos não financeiros portugueses**. Tese de Doutoramento. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2003.
- ROSS, S.A. The Economic Theory of Agency: The Principal’s Problem. **Decision Making under Uncertainty**, v. 63, n. 2, pp. 134-139, 1973.
- ROSSIGNOLI, B., ARNABOLDI, F. Financial innovation: theoretical issues and empirical evidence in Italy and in the UK. **International Review of Economics**, v. 56, pp. 275-301, 2009.
- SAMKIN, G., SCHNEIDER, A. Accountability, narrative reporting and legitimation. The case of a New Zealand public benefit entity. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 23, n. 2, pp. 256-289, 2010.
- SCHNEIDER, A., SAMKIN, G. Intellectual capital reporting by the New Zealand local government sector. **Journal of Intellectual Capital**, v. 9, pp. 456-486, 2008.
- SCHOLTENS, B., DAM, L. Banking on the Equator. Are Banks that Adopted the Equator Principles Different from Non-Adopters?. **World Development**, v. 35, n. 8, pp. 1307-1328, 2007.
- SCOTT, W.R. Developments in Organization Theory, 1960-1980. **The American Behavioral Scientist**, v. 24, n. 3, pp. 407-422, 1981.
- SHANKMAN, N.A. Reframing the debate between agency and stakeholder theories of the firm. **Journal of Business Ethics**, v. 19, n. 4, pp. 319-334, 1999.
- SHAREEF, F., DAVEY, H. Accounting for intellectual capital: Evidence from listed English football clubs. **Accounting for intellectual capital**, v. 7, n. 3, pp. 78-116, 2005.
- SINGH, I., VAN DER ZAHN, M. Determinants of intellectual capital disclosure in prospectuses of initial public offerings. **Accounting and Business Research**, v. 38, pp. 409-431, 2008.
- SINGH, I., VAN DER ZAHN, M. Intellectual capital prospectus disclosure and post-issue stock performance” **Journal of Intellectual Capital**, v. 10, n. 3, pp. 425-450, 2009.
- STRIUKOVA, L., *et al.* Corporate reporting of intellectual capital: Evidence from UK companies. **The British Accounting Review**, v. 40, pp. 297-313, 2008.
- SUCHMAN, M.C., 1995. Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. **Academy of Management**

Review, v. 20, n. 3, pp. 571-610, 1995.

WALTER, I. Economic Drivers of Structural Change in the Global Financial Services Industry. **Long Range Planning**, v. 42, pp. 588-613, 2009.

WANG, W., *et al.* The relationship between bank performance and intellectual capital in East Asia. **Quality & Quantity**. August, pp. 1-22, 2011.

WHITE, G., *et al.* Drivers of voluntary intellectual capital disclosure in listed biotechnology companies. **Journal of Intellectual Capital**, v. 8, pp. 517-537, 2007.

WHITE, G., *et al.* The nature and extent of voluntary intellectual capital disclosures by Australian and UK biotechnology companies. **Journal of Intellectual Capital**, v. 11, n. 4, pp. 519-536, 2010.

WILLIAMS, S.M. Is intellectual capital performance and disclosure practices related?. **Journal of Intellectual Capital**, v. 2, pp. 192-203, 2001.

YAU, F.S., *et al.* Intellectual Capital Reporting and Corporate Characteristics of Public-Listed Companies in Malaysia. **Journal of Financial Reporting & Accounting**, v. 7, n. 1, pp. 17-35, 2009.

ZHANG, Z.X. **Disclosure of intellectual capital by publicly traded software firms**. Tese Mestrado. Universidade de Waterloo, 2005.

(Notas de Fim de Texto)

1 Projeto europeu a ser implementado em Portugal e que se pretende que execute, no tecido empresarial português, um modelo de declaração do capital intelectual.

2 Muito embora a dimensão do conselho de administração possa ser uma medida de dimensão da organização, a ausência de elevada correlação entre essas variáveis independentes (dimensão do conselho de administração e dimensão da entidade bancária) permitiu-nos considerá-las separadamente como possíveis determinantes da divulgação de informação sobre o capital intelectual.

3 Ver como exemplo os estudos de Bozzolan *et al.* (2003); Gómez Rodríguez (2003); García-Meca *et al.* (2005); García-Meca e Martínez (2005); Firer e Williams (2005); Zhang (2005); Shareef e Davey (2005); Bozzolan *et al.* (2006); Guthrie *et al.* (2006); Oliveira *et al.* (2006); Cordazzo (2007); Li *et al.* (2007, 2008); White *et al.* (2007); Schneider e Samkin (2008); Gerpott *et al.* (2008); Striukova *et al.* (2008); Ferreira (2008); Gan *et al.* (2008); Singh e Van der Zahn (2009); Brügger *et al.* (2009); Yau *et al.* (2009); Cormier *et al.* (2009); White *et al.* (2010); Abeysekera (2010); Costa (2010); Hidalgo *et al.* (2011); Branco *et al.* (2011) e Branswijck e Everaert (2012).

4 Estudos como os de Gómez Rodríguez (2003); García-Meca e Martínez (2005); Cerbioni e Parbonetti (2007); García-Meca e Martínez (2007) e Costa (2010), concluíram existir uma associação positiva. Os estudos de Williams (2001); García-Meca *et al.* (2005); Bozzolan *et al.* (2006); Oliveira *et al.* (2006); Li *et al.* (2008); Ferreira (2008); Gan *et al.* (2008); Yau *et al.* (2009); Cormier *et al.* (2009) e Hidalgo *et al.* (2011), não encontraram qualquer associação e nos estudos de Firer e Williams (2005) e Orens *et al.* (2009), os resultados apresentaram associação negativa entre a rendibilidade e a divulgação do capital intelectual.

5 O produto bancário = margem financeira + rendimento de títulos + comissões líquidas + resultados de operações financeiras + resultados em empresas associadas e filiais + outros resultados de exploração.

6 Hess e Francis (2004); Baumann e Nier (2004); Poon e Firth (2005); Pasiouras *et al.* (2006); Scholtens e Dam (2007); Baele *et al.* (2007); Walter (2009); Poghosyan (2010) e Jonghe (2010).

7 Kosmidou (2008).

8 O Aviso n.º 12/92 do Banco de Portugal define o âmbito do conceito de fundos próprios e estipula os elementos positivos e negativos do mesmo.

9 Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e União Europeia.

10 Incitando-se à transformação de dividendos em ações.

11 Relação entre créditos concedidos e depósitos captados.

12 Neste âmbito salientamos medidas que visam estabelecer regras prudenciais de gestão financeira a nível mundial emitidas pelos Acordos de Capital de Basileia (oficialmente denominados *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards*) produzidas pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária (*Basel Committee on Banking Supervision - BCBS*).

13 Apenas a variável dimensão apresenta os dados com distribuição normal, sendo, por isso, apresentados os resultados do teste de correlação paramétrico de *Pearson*. As restantes variáveis apresentam resultados não normais, pelo que são revelados os resultados do coeficiente de correlação não paramétrico de *Spearman*.

14 Este resultado está em consonância com os resultados obtidos por Bozzolan *et al.* (2003); Gómez Rodríguez (2003); García-Meca *et al.* (2005); García-Meca e Martínez (2005); Zhang (2005); Shareef e Davey (2005); Firer e Williams (2005); Bozzolan *et al.* (2006); Guthrie *et al.* (2006); Oliveira *et al.* (2006); Cerbioni e Parbonetti (2007); Cordazzo (2007); Li *et al.* (2007, 2008); White *et al.* (2007); Schneider e Samkin (2008); Gerpott *et al.* (2008); Striukova *et al.* (2008); Ferreira (2008); Gan *et al.* (2008); Sousa (2009); Brügger *et al.* (2009); Singh e Van der Zahn (2009); Yau *et al.* (2009); Cormier *et al.* (2009); Costa (2010); White *et al.* (2010); Abeysekera (2010); Hidalgo *et al.* (2011); Branco *et al.* (2011); An *et al.* (2011) e Branswijck e Everaert (2012).

15 O resultado da confirmação desta associação está em consonância com os resultados obtidos por Singh e Van der Zahn (2008), Abeysekera (2010) e Hidalgo *et al.* (2011).